



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRACÃO

DECRETO Nº 087/2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Município de Barracão situa-se na região de fronteira com a Argentina e a economia local gira em torno do comércio exterior, fomentada por empréstas de importação e exportação que, conseqüentemente, trafegam por diversos países do MERCOSUL;

CONSIDERANDO o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que “Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;”

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do município ficam



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE BARRACÃO

definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 3º Para enfrentamento da situação de emergência declarada no art. 1º deste Decreto, ficam suspensas, em todo o território do Município de Barracão, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, comércio em geral, atividades religiosas, esportivas e culturais;

a) Excetua-se a restaurantes, padarias, farmácias, supermercados, postos de gasolina, lojas de conveniência, comércio em geral com venda para entrega domiciliar – *delivery*, bancos, casas lotéricas e *pet shops* e clínicas veterinárias, para atendimento de emergência;

b) Excetua-se também, da limitação prevista neste artigo as reuniões organizadas para divulgação e orientação de medidas de combate ao contágio do COVID-19, observados rígidos critérios de higiene.

II – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

III – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – processamento e transmissão de dados ligados a serviços essenciais, meios de comunicação e internet;

VIII – segurança privada; e

IX – imprensa.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE BARRACÃO

§ 2º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais às atividades finalísticas da Defesa Civil (DC).

Art. 4º Nos termos do Decreto Estadual nº 4230, de 16 de março de 2020, ficam suspensas as aulas a partir do dia 20 de março de 2020, das redes de ensino público municipal.

§ 1º A suspensão das aulas a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser compreendida como antecipação de férias escolares do mês de julho/2020.

§ 2º Recomenda-se que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no período que as aulas estiverem suspensas.

Art. 5º Aos servidores, empregados e estagiários que retornem de férias, ou afastamentos legais, que chegarem de locais ou países com transmissão comunitária do COVID-19 ficam afastados administrativamente por 7 (sete) dias, a contar do regresso ao País. A pessoa afastada deve comunicar imediatamente tal circunstância às respectivas secretarias e entidade, acompanhado de documento que comprove a realização da viagem.

Art. 6º No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente notificados pelo PROCON.

Art. 7º Fica decretada situação de emergência no âmbito do Município de Barracão, para fins de aquisição de insumos médicos e contratações de caráter emergencial para a Secretaria Municipal de Saúde para o controle do COVID-19.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 9º Fica ainda suspensa, no âmbito da Secretaria de Saúde, a concessão das férias, licenças e compensação do banco de horas dos servidores.

Art. 10. As atividades desenvolvidas pela administração municipal ocorrerão de forma interna sem atendimento direto ao público, através dos endereços eletrônicos constantes no sítio <http://barracao.pr.gov.br/contatos/telefones-uteis/> e também por meio do telefone fixo (49) 3644-1215.

Art. 11. Para informações a respeito da pandemia COVID-19 entrar em contato pelo whatsapp (49) 99101-0134.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRACÃO

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 086/2020, entrando em vigor este Decreto após a sua publicação, por prazo indeterminado.

Barracão, Paraná, em 19 de março de 2020.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

DECRETO Nº 087/2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Município de Barracão situa-se na região de fronteira com a Argentina e a economia local gira em torno do comércio exterior, fomentada por empresas de importação e exportação que, consequentemente, trafegam por diversos países do MERCOSUL;

CONSIDERANDO o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;"

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do município de Barracão, são definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 3º Para enfrentamento da situação de emergência declarada no art. 1º deste Decreto, ficam suspensas, em todo o território do Município de Barracão, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, comércio em geral, atividades religiosas, esportivas, culturais e apresentações artísticas em restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos afins;

a) Excetua-se a restaurantes (exclusivamente para fins de alimentação), padarias, farmácias, supermercados, postos de gasolina, lojas de conveniência, comércio em geral com venda para entrega domiciliar – *delivery*, bancos, casas lotéricas e *pet shops* e clínicas veterinárias, para atendimento de emergência;

b) Excetua-se também, da limitação prevista neste artigo as reuniões organizadas para divulgação e orientação de medidas de combate ao contágio do COVID-19, observados rígidos critérios de higiene.

II – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

III – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

1º Para fins do inciso II do *caput* deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – processamento e transmissão de dados ligados a serviços essenciais, meios de comunicação e internet;

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Sexta-Feira, 20 de Março de 2020

Ano IX – Edição Nº 2073

VIII – segurança privada; e

IX – imprensa.

§ 2º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais às atividades finalísticas da Defesa Civil (DC).

Art. 4º Nos termos do Decreto Estadual nº 4230, de 16 de março de 2020, ficam suspensas as aulas a partir do dia 20 de março de 2020, das redes de ensino público municipal.

§ 1º A suspensão das aulas a que se refere o caput deste artigo deverá ser compreendida como antecipação de férias escolares do mês de julho/2020.

§ 2º Recomenda-se que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no período que as aulas estiverem suspensas.

Art. 5º Aos servidores, empregados e estagiários que retornem de férias, ou afastamentos legais, que chegarem de locais ou países com transmissão comunitária do COVID-19 ficam afastados administrativamente por 7 (sete) dias, a contar do regresso ao País. A pessoa afastada deve comunicar imediatamente tal circunstância às respectivas secretarias e entidade, acompanhado de documento que comprove a realização da viagem.

Art. 6º No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente notificados pelo PROCON.

Art. 7º Fica decretada situação de emergência no âmbito do Município de Barracão, para fins de aquisição de insumos médicos e contratações de caráter emergencial para a Secretaria Municipal de Saúde para o controle do COVID-19.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 9º Fica ainda suspensa, no âmbito da Secretaria de Saúde, a concessão das férias, licenças e compensação do banco de horas dos servidores.

Art. 10. As atividades desenvolvidas pela administração municipal ocorrerão de forma interna sem atendimento direto ao público, através dos endereços eletrônicos constantes no site <http://barracao.pr.gov.br/contatos/telefones-uteis/> e também por meio do telefone fixo (49) 3644-1215.

Parágrafo único. Os processos licitatórios do Município de Barracão, permanecem inalterados, tendo em vista que o Departamento atua em regime de plantão, com os prazos dos processos licitatórios fluindo normalmente, conforme seus respectivos editais.

Art. 11. Para informações a respeito da pandemia COVID-19 entrar em contato pelo whatsapp (49) 99101-0134.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 086/2020, entrando em vigor este Decreto após a sua publicação, por prazo indeterminado.

Barracão, Paraná, em 19 de março de 2020.


MARCO AURÉLIO ZANDONÁ
PREFEITO MUNICIPAL

Cod529924



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRACÃO

DECRETO Nº 087/2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Município de Barracão situa-se na região de fronteira com a Argentina e a economia local gira em torno do comércio exterior, fomentada por empresas de importação e exportação que, consequentemente, trafegam por diversos países do MERCOSUL;

CONSIDERANDO o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que "Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;"

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do Município, são as definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 3º Para enfrentamento da situação de emergência declarada no art. 1º deste Decreto, ficam suspensas, em todo o território do Município de Barracão, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, comércio em geral, atividades religiosas, esportivas, culturais e apresentações artísticas em restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos afins;

a) Executa-se a restaurantes (exclusivamente para fins de alimentação), padarias, farmácias, supermercados, postos de gasolina, lojas de conveniência, comércio em geral com venda para entrega domiciliar – delivery, bancos, casas lotéricas e pet shops e clínicas veterinárias, para atendimento de emergência;

b) Executa-se também, da limitação prevista neste artigo as reuniões organizadas para divulgação e orientação de medidas de combate ao contágio do COVID-19, observados

rigidos critérios de higiene.
II – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e
III – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;
II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
III – assistência médica e hospitalar;
IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;
V – funerários;
VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;
VII – processamento e transmissão de dados ligados a serviços essenciais, meios de comunicação e internet;

VIII – segurança privada; e
IX – imprensa.
2º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais às atividades finalísticas da Defesa Civil (DC).

Art. 4º Nos termos do Decreto Estadual nº 4230, de 16 de março de 2020, ficam suspensas as aulas a partir do dia 20 de março de 2020, das redes de ensino público municipal.

§ 1º A suspensão das aulas a que se refere o caput deste artigo deverá ser compreendida como antecipação de férias escolares do mês de julho/2020.

§ 2º Recomenda-se que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no período que as aulas estiverem suspensas.

Art. 5º Aos servidores, empregados e estagiários que retornem de férias, ou afastamentos legais, que cheguem de locais ou países com transmissão comunitária do COVID-19 ficam afastados administrativamente por 7 (sete) dias, a contar do regresso no País. A pessoa afastada deve comunicar imediatamente tal circunstância às respectivas secretarias e entidade, acompanhado de documento que comprove a realização da viagem.

Art. 6º No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente notificados pelo PROCON.

Art. 7º Fica decretada situação de emergência no âmbito do Município de Barracão, para fins de aquisição de insumos médicos e contratações de caráter emergencial para a Secretaria Municipal de Saúde para o controle do COVID-19.

Art. 8º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 9º Fica ainda suspensa, no âmbito da Secretaria de Saúde, a concessão das férias, licenças e compensação do banco de horas dos servidores.

Art. 10º As atividades desenvolvidas pela administração municipal ocorrerão de forma interna sem atendimento direto ao público, através dos endereços eletrônicos constantes no site <http://barracao.pr.gov.br/contatos/defensores-civis/> e também por meio do telefone fixo (49) 3644-1215.

Parágrafo único. Os processos licitatórios do Município de Barracão, permanecem inalterados, tendo em vista que o Departamento atua em regime de plantão, com os prazos dos processos licitatórios fluindo normalmente, conforme seus respectivos editais.

Art. 11. Para informações a respeito da pandemia COVID-19 entrar em contato pelo whatsapp (49) 99101-0134.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 086/2020, entrando em vigor este Decreto após a sua publicação, por prazo indeterminado.

Barracão, Paraná, em 19 de março de 2020.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRACÃO

DECRETO Nº 088/2020

Dá nova redação ao inciso I do art. 3º do Decreto nº 087/2020 e outras providências.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 3º, do Decreto nº 087 de 19 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – as atividades industriais, comerciais e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, comércio em geral, atividades religiosas, esportivas, culturais e apresentações artísticas em restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos afins;

Art. 2. Este Decreto entra em vigor nesta data, vigorando por prazo indeterminado.

Barracão, Paraná, em 19 de março de 2020.

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ
PREFEITO MUNICIPAL

UNIÃO COUNTRY CLUB - CNPJ. 77.490.373/0001-45
Rua Paraná nº 700 fone- 49 3644-1098 - Barracão - Paraná.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do União Country Club, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 40º e 49º do Estatuto Social, convoca a todos os Associados para Assembleia Geral Ordinária, no dia 19 de Abril do ano de 2020, nas dependências da Sede do Clube, cito a rua Paraná nº 700, para deliberarem a seguinte ordem do dia:

- 01- Prestação de contas 2018/2019
- 02- Apresentação da(s) chapa(s)
- 03- Eleição da Nova Diretoria.
- 04- Posse da Nova Diretoria 2020/2022
- 05- Assuntos gerais

Em 19 de Abril de 2020

Abertura – 08:30 horas, em primeira chamada com a presença de no mínimo 50%(cinquenta por cento) dos Associados.

09:00 horas, em segunda chamada com no mínimo Vinte (20) sócios em dia com a Tesouraria.

Cfe. Estatuto Art. 43º.

Poderá votar somente os sócios que estiverem em dia com a Tesouraria do Clube.

Início das votações às 09:00 hs. e seu término às 17:00 hs. na sede da entidade.

A apresentação de chapas para concorrer a Diretoria Executiva do União Country Club, deverá ser apresentada até 15(quinze) dias antes da data definida no Edital, conforme artigo 11º do Estatuto.

Barracão 12 de março de 2020. Elenor Ribeiro da Veiga - Presidente

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2020 - Processo dispensa nº 016/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: FERNANDO LUIZ DOS SANTOS

CNPJ Nº 21.669.065/0001-02

Representante: FERNANDO LUIZ DOS SANTOS - CPF nº 054.124.289-08

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação de bancos públicos e parque infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Brandina Maggioni.

VALOR TOTAL: R\$ 7.995,00 (Sete Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais)

VIGÊNCIA: 12/03/2021

Santo Antonio do Sudoeste, em 13/03/2020.

ZELIRIO PERON FERRARI - PREFEITO MUNICIPAL